



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 23034.000118/2004-88  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 2803-003.664 – 3ª Turma Especial  
**Sessão de** 10 de setembro de 2014  
**Matéria** Contribuições Previdenciárias  
**Recorrente** SISTEMA PITÁGORAS DE ENSINO SOC. LTDA  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/03/1999 a 30/06/2000

A PEÇA APRESENTADA NÃO SE CONFIGURA COMO RECURSO,  
SENDO DIRIGIDA A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Recurso Voluntário Não Conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator.

(Assinado digitalmente).

Helton Carlos Praia de Lima. -Presidente

(Assinado digitalmente).

Oseas Coimbra Júnior - Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Helton Carlos Praia de Lima, Eduardo de Oliveira, Natanael Vieira Santos, Oseas Coimbra Júnior, Amílcar Barca Teixeira Júnior e Gustavo Vettorato.

**Relatório**

Os autos subiram à apreciação deste Conselho em razão da peça apresentada às fls 159.

É o Relatório.

CÓPIA

**Voto**

Conselheiro Oséas Coimbra.

Às fls 159 o contribuinte apresenta manifestação dirigida à Coordenação Geral de Arrecadação do Ministério da Educação, reproduzo sua totalidade.

*SISTEMA PITÁGORAS DE ENSINO SOC. LTDA.*

*sociedade estabelecida na Av. Raja Gabaglia, n. 3.125, Bairro São Bento, Belo Horizonte, MG, CEP: 30.350-540, CNPJ/MF 25.578.337/0001-01, neste ato devidamente representada por seu bastante procurador Leonardo Augusto Leão Lara, vem, respeitosamente, perante, V.Exa, expor e requerer o que se segue:*

*Em atenção à notificação enviada por V.S.a, informando-nos do deferimento parcial do recurso administrativo interposto em face da autuação acima especificada, temos esclarecer o que se segue:*

*1. Diligenciando junto ao INSS, foi-nos informado que todos os pagamentos efetuados pela empresa Requerente encontram-se apropriados no sistema da Autarquia Previdenciária Federal, não tendo ocorrido, todavia, o repasse de tais valores ao FNED.*

*2. Segundo o agente do INSS, a Requerente deverá retificar as SEFIP's de todo o período e de todos os CNPJ's informados nas notificações. A partir de então o FNDE receberá, automaticamente, os respectivos repasses do INSS.*

*3. Informamos a V.S.as que as providências acima estão sendo diligenciada pela Requerente, quando serão apresentadas na menor brevidade possível.*

Do que posto, resta evidente que não se trata de irresignação em razão da decisão de fls 152 e 153, tratando-se de mera comunicação ao setor de arrecadação de que a empresa procura se regularizar junto ao INSS.

Ante a ausência de conteúdo recursal a ser analisado, não conheço da peça apresentada.

---

**CONCLUSÃO:**

Pelo exposto, voto pelo não conhecimento do recurso.

(Assinado digitalmente).

Oseas Coimbra.

CÓPIA